

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Grupo Alleanza



JERSON

CIVIDINI:021630

90930

Assinado de forma digital
por JERSON

CIVIDINI:02163090930

Dados: 2024.10.10 16:02:58
-03'00'

Vinicola Alleanza Ltda

CNPJ / MF nº 13.412.033/0001-90

Vailatti Bebidas Ltda

CNPJ / MF nº 35.100.520/0001-50

SUZANA

HEINEMANN

WINK:04284142909

Assinado de forma digital
por SUZANA HEINEMANN

WINK:04284142909

Dados: 2024.10.10 16:12:12
-03'00'

Plano de Recuperação Judicial para apresentação nos autos do Processo CNJ nº 5005309-74.2024.8.24.0019/SC, em trâmite na Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da Comarca de Concórdia consoante a LEI nº 11.101/2005 em atendimento ao seu artigo 53 e seguintes, elaborado pela empresa LFBoff Assessoria Estratégica.



Sumário

1	Introdução	5
1.1	Definições	5
1.2	Regras de Interpretação	10
1.2.1	Cláusulas e Anexos	10
1.2.2	Títulos	10
1.2.3	Disposições Legais	10
1.3	Considerações Iniciais	11
1.4	Dos Bens Abrangidos Pelo Plano	12
1.5	Da suspensão das Ações e Execuções dos Créditos Originários Contra o Grupo Alleanza	13
1.6	Da suspensão dos protestos e das Restrições Referente aos Créditos Originários ..	14
1.7	Da Nulidade Parcial	14
1.8	Local de Pagamento	15
1.9	Inadimplemento de Obrigações	17
1.10	Alteração do Plano de Recuperação Judicial	17
1.11	Das Discussões Judiciais	17
1.12	Do Foro	18
1.13	Objetivos.....	18
1.14	Escopo do Diagnóstico	19
1.15	Histórico	21
1.16	Estrutura Organizacional	23
1.16.1	Unidades Produtivas	23
1.16.2	Estrutura Administrativa	26
1.16.3	Política de Qualidade	28
1.16.4	Equipe	28
1.16.5	Estrutura Comercial	29
2	Recuperação Judicial	30
2.1	A Origem da Crise	30
2.1.1	Gestão familiar – Redução das linhas de crédito	35
3	O Plano de Reestruturação	38
3.1	Reestruturação	38
3.2	Reestruturação Mercadológica.....	38
3.3	Reestruturação Administrativa e Financeira	39
4	Estudo Economico-Financeiro	44
4.1	Projeções	44
4.1.1	Premissas	44

4.1.2	Análise da Viabilidade Econômica	0
5	Pagamento aos Credores.....	2
5.1	Premissas.....	2
5.2	Resumo do Quadro Geral de Credores	3
	Proposta de Pagamento.....	4
5.2.1	Credores Classe I – Trabalhista	4
5.2.2	Credores Classe II – Com Garantia Real e Classe III – Quirografários	5
5.2.3	Credores Classe IV – ME e EPP.....	5
5.2.4	Créditos Retardatários	5
5.2.5	Créditos Ilíquidos	6
5.2.6	Débitos Tributários	7
5.2.7	Demonstrativo do Saldo da Dívida.....	7
5.2.8	Atualização Monetária dos Créditos.....	9
6	Disposições Gerais e Finais	10
6.1	Outras Formas de Amortizações Possíveis.....	10
6.2	Exclusão das Restrições Cadastrais.....	10
6.3	Considerações.....	12
6.4	Esclarecimentos	13
6.5	Conclusão	13

Capítulo I

1 Introdução

1.1 Definições

Os termos definidos nesta cláusula serão utilizados, conforme apropriado, na sua forma singular ou plural, no gênero masculino ou feminino, sem que, com isso, percam o significado que lhes é atribuído. Os termos utilizados neste Plano têm os significados indicados abaixo:

1.1.1 “Administrador Judicial”: significa a CB2D Serviços Judiciais Ltda, representada pela Dra. Gabriele Chimelo Pereira Ronconi, conforme nomeação pelo Juízo da Recuperação Judicial, nos termos da decisão proferida em 01 de junho de 2024.

1.1.2 “Assembleia-geral de Credores”: significa a Assembleia-geral de Credores realizada nos termos do Capítulo II, Seção IV da LREF.

1.1.3 “Créditos”: significa todos os Créditos Trabalhistas, Créditos com Garantia Real, Créditos Quirografários e Créditos ME e EPP, assim como as correspondentes obrigações existentes na Data do Pedido.

1.1.4 “Cláusula”: significa cada um dos itens identificados por números cardinais e romanos neste Plano.

1.1.5 “Créditos com Garantia Real”: significa os Créditos Sujeitos assegurados por direitos reais de garantia (tal como um penhor ou uma hipoteca) outorgados pela Recuperanda, até o limite do valor do respectivo bem, nos termos do art. 41, inciso II¹, da LRF.

¹ Art. 41 [...] II – titulares de créditos com garantia real;

1.1.6 “Créditos Ilíquidos”: significa os Créditos contingentes ou ilíquidos, objeto de ações judiciais, procedimentos arbitrais ou processos administrativos, derivados de quaisquer fatos geradores até a Data do Pedido, inclusive, que são considerados Créditos e que, em razão disso, serão reestruturados por este Plano, nos termos da LRF, como Créditos Trabalhistas, Créditos Quirografários, Créditos ME/EPP, conforme aplicável.

1.1.7 “Créditos ME e EPP”: significa os Créditos Sujeitos detidos por microempresas ou empresas de pequeno porte, definidos conforme a Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do art. 41, inciso IV² da LRF.

1.1.8 “Créditos Quirografários”: significa os Créditos Sujeitos previstos no art. 41, inciso III³ e art. 83, inciso VI⁴, da LRF.

1.1.9 “Créditos Retardatários”: significa o reconhecimento de Créditos por decisão judicial ou arbitral, transitada em julgado, ou acordo entre as partes, posteriormente à Homologação do Plano.

1.1.10 “Créditos Sujeitos”: significa os créditos sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial, existentes (vencidos ou vincendos) na data da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, por força de operações, contratos e outras relações obrigacionais celebradas com a Recuperanda, existente à época do ajuizamento da Recuperação Judicial, ainda que reconhecido como líquido por sentença posterior à data do Pedido de Recuperação Judicial.

² Art. 41. [...] IV - titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

³ Art. 41. [...] III - titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados.

⁴ Art. 83. [...] VI - créditos quirografários, a saber: (...)

1.1.11 "Créditos Trabalhistas": significa os Créditos Sujeitos, de natureza trabalhista e/ou acidentária, existentes (vencidos ou vincendos) na data da distribuição do pedido de Recuperação Judicial.

1.1.12 "Credores": significa as pessoas físicas ou jurídicas titulares de Créditos, que estejam ou não relacionadas na Lista de Credores.

1.1.13 "Credores com Garantia Real": significa os credores titulares de Créditos Garantia Real.

1.1.14 "Credores Fornecedores Colaboradores": significa os Credores que manifestarem seu interesse em fornecer ou continuar a fornecer mercadorias para revenda solicitadas pela Recuperanda, desde que preencham estritamente os requisitos e de acordo com as condições estabelecidas nas Cláusula 5.2.1.4.

1.1.15 "Credores ME/EPP": significa os credores titulares de Créditos ME e EPP.

1.1.16 "Credores Quirografários": significa os credores titulares de Créditos Quirografários.

1.1.17 "Credores Trabalhistas": significa os credores titulares de Créditos Trabalhistas.

1.1.18 "Credores Sujeitos": significa os créditos sujeitos aos efeitos do processo de Recuperação Judicial e existentes (vencidos ou vincendos) na data da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, por força de operações celebradas com a Recuperanda, sejam estes já incluídos na relação de credores do Administrador Judicial ou que venham a ser reconhecidos por qualquer outra lista ou quadro geral de credores.

1.1.19 "Data do Pedido": significa a data em que o pedido de Recuperação Judicial foi ajuizado pela Recuperanda, ou seja, 07 de junho de 2023.

1.1.20 "Dia Útil": significa para fins deste Plano, que dia útil será qualquer dia da semana, que não seja sábado, domingo ou feriado na cidade de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, ou que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na referida cidade.

1.1.21 "Encerramento da Recuperação Judicial": significa a data do trânsito em julgado, para todos os credores, da sentença de encerramento da Recuperação Judicial, na forma do art. 63⁵ da LRF, no Diário de Justiça Eletrônico do Estado de Santa Catarina.

1.1.22 "Homologação do Plano": significa a data do trânsito em julgado, para todos os credores, da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial.

1.1.23 "Juízo da RJ": significa o Juízo da Vara Regional de Recuperações Judiciais, Falências e Concordatas da Comarca de Concórdia/SC.

1.1.24 "Laudo de Avaliação dos Bens e Ativos": significa o laudo de avaliação dos bens e ativos, elaborado nos termos do artigo 53, incisos II⁶ e III⁷ da LRF.

1.1.25 "Laudo Econômico-Financeiro": significa o laudo econômico-financeiro, elaborado nos termos do artigo 53, incisos II e III da LRF.

⁵Art. 63. Cumpridas as obrigações vencidas no prazo previsto no caput do art. 61 desta Lei, o juiz decretará por sentença o encerramento da recuperação judicial e determinará [...].

⁶ Art. 53. [...] II – demonstração de sua viabilidade econômica.

⁷ Art. 53. [...] III – laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.

1.1.26 "LRF": significa a Lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005).

1.1.27 "Plano de Recuperação Judicial" ou "Plano" ou "PRJ": significa este documento, apresentado pela Recuperanda, em atendimento ao art. 53 da LRF.

1.1.28 "Recuperação Judicial": significa o processo de recuperação judicial, autuado sob nº 5005954-36.2023.8.24.0019/SC, em curso perante a Vara Regional de Recuperações Judiciais, Falências e Concordatas da Comarca de Concórdia.

1.1.29 "Recuperanda" ou "Empresa" ou "Grupo Alleanza": significa a Vinicola Alleanza e Vailatti Bebidas.

1.1.30 "Taxa Referencial - TR": significa a taxa de juros de referência, instituída pela Medida Provisória nº 294 de 31 de janeiro de 1991 (depois transformada na Lei nº 8.177 de 1º de março de 1991) utilizada pelo Banco Central do Brasil. Para fins deste Plano, será considerada a variação em um período de um mês. No caso de extinção da Taxa Referencial, a taxa a ser utilizada no âmbito deste Plano será a taxa que venha a substituí-la.

1.2 Regras de Interpretação

1.2.1 Cláusulas e Anexos

Exceto se especificado de modo diverso, todas as cláusulas e anexos mencionados neste Plano referem-se a cláusulas e anexos do próprio Plano.

1.2.2 Títulos

Os títulos das cláusulas deste Plano foram incluídos exclusivamente para referência e não devem afetar o conteúdo de suas previsões.

1.2.3 Disposições Legais

Este Plano deve ser interpretado, na sua aplicação, de acordo com o art. 47^º e seguintes da LRF.

^ºArt. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

1.3 Considerações Iniciais

As sociedades Empresárias,

Vinicola Alleanza Ltda, inscrita no CNPJ/MF nº 13.412.033/0001-90, com estabelecimento principal no Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, à Rodovia Estadual SC 303, s/nº KM 133,5, Bairro Rural, Cep 89.570-000 e,

Vailatti Bebidas Ltda, inscrita no CNPJ/MF nº 35.100.520/0001-50 com estabelecimento principal no Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, à Rodovia Estadual SC 135, s/nº, KM 133,5, Interior, Cep 89.570-000.

Formando o grupo econômico/familiar/empresarial “**Grupo Alleanza**”,

Utilizaram-se em 17 de maio de 2024 do benefício legal da Recuperação Judicial, que tramita na Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da Comarca de Concórdia, Santa Catarina sob processo CNJ nº 5005309-74.2024.8.24.0019/SC,

O referido processo teve seu deferimento determinado pelo Exma. Sra. Dra. Juíza de Direito da Vara de Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais] da Comarca de Concórdia, Aline Mendes de Godoy, com a disponibilização da decisão publicada em 01 de junho de 2024. Na mesma decisão, o Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito autorizou a consolidação processual e, também, a consolidação substancial de ativos e passivos das requerentes, permitindo seu tratamento como se pertencessem a um único devedor (com projeções de fluxo de caixa e DRE unificados), bem como a apresentação de Plano de recuperação unitário (artigos 69-K e 69-L da Lei nº 11.101/2005).

O presente **Plano de Recuperação Judicial** foi elaborado pela empresa LFBoff Assessoria Estratégica, em atendimento ao exposto nos artigos, 50, 53 e 54 da Lei nº 11.101/2005, apresentando que, reestruturando-se, o “Grupo Alleanza” retomará sua competitividade e, por conseguinte, sua viabilidade econômica e financeira, permitindo, assim, a liquidação de seus passivos nos prazos propostos, promovendo desta forma a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Ressalta-se que, todas as premissas e dados utilizados para a elaboração deste Plano foram disponibilizados pela diretoria do “Grupo Alleanza”, sendo que os trabalhos desenvolvidos pela LFBoff Assessoria Estratégica não contemplaram a auditoria destas informações.

1.4 Dos Bens Abrangidos Pelo Plano

A Recuperanda, em atenção aos princípios da boa-fé e lealdade e no cumprimento de seu dever de transparência frente aos seus credores, informa que **todos** os seus bens que foram abrangidos pelo presente Plano de Recuperação e constam elencados como anexo ao presente plano, documento denominado Laudo de Avaliação de Bens e Ativos, como por exemplo, estoques, veículos, mobiliário, equipamentos, eletrodomésticos, terrenos e imóveis são diretamente empregados no exercício da sua atividade empresarial, sendo, portanto, **indispensáveis, essenciais e diretamente ligados à geração de caixa**, inclusive daqueles que podem posteriormente se integrar ao patrimônio da recuperanda, servindo como ativo importante e/ou valor agregado e/ou financeiro a ser preservado em benefício dos credores, independente da sua natureza (para uma eventual composição de massa falida, evitando depreciação ou perda acentuada de liquidez) que possibilitará o cumprimento do presente Plano de Recuperação, com o pagamento dos créditos sujeitos e não sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial.

Portanto, todos os bens móveis, bens imóveis, podem ser considerados bens essenciais à atividade operacional e bens de capital, recebíveis, créditos, aplicações em contas bancárias, valores em conta corrente, inclusive todo e qualquer outro bem arrolado, inerente ao processo operacional, administrativo, financeiro e comercial da empresa recuperanda, cabendo ao D. Juízo da Recuperação Judicial sua análise e reconhecimento da essencialidade.

1.5 Da suspensão das Ações e Execuções dos Créditos Originários Contra o Grupo Alleanza

Trata da necessidade de suspensão das ações e execuções daqueles créditos originários (cobrança dos créditos ainda nas condições e características originais, antes da ocorrência da novação das dívidas), em face do Grupo Alleanza pela homologação do PRJ aprovado na AGC, Artigo 59 da LRF.

Os créditos relacionados no Quadro Geral de Credores (ou aqueles casos em que ocorrer a preclusão do direito do credor ou na medida do trânsito em julgado de cada Impugnação Judicial no decorrer do processo de recuperação judicial), após a homologação do PRJ aprovado na AGC serão objetos de **novação**, assim como qualquer dívida que se enquadre no Artigo 49, caput, do diploma legal em consonância com os parágrafos seguintes, ressalvadas aquelas ainda pendentes do cumprimento das disposições dos Artigos 6º, §1º, §2º da LRF. A homologação judicial do PRJ implica em constituição de título executivo judicial.

A aprovação do PRJ na AGC, ou na hipótese do Artigo 58 da LRF, implicará em novação de todas as obrigações sujeitas estabelecidas no Artigo 59 do diploma legal, nos termos e para os efeitos propostos no presente PRJ e, em consequência, a suspensão das ações e execuções originárias (ressalvadas as exceções dos Arts. 6º, §1º, §2º da LRF), e todas as penhoras e/ou constrições existentes serão automaticamente liberadas. Essa mesma previsão se aplicará em favor dos avais dos Créditos Sujeitos. Portanto, a suspensão estabelecida não prejudicará em nenhum momento os credores. Em caso de inadimplemento, a dívida novada é título executivo judicial e em caso de eventual descumprimento do PRJ (e, portanto, da dívida novada após a homologação judicial da aprovação), é garantida a condição resolutiva durante o biênio legal (retorno ao status a quo ante), mantendo intactos e intocáveis os direitos dos credores.

Ressalva: esta cláusula não alcançará (i) as ações que buscam reconhecer o crédito; (ii) as ações que não estão sujeitas à recuperação judicial.

1.6 Da Suspensão dos protestos e das Restrições Referente aos Créditos Originários

Após a homologação do PRJ aprovado na AGC, serão suspensos os efeitos publicísticos junto aos respectivos tabelionatos competentes e das restrições junto aos órgãos de proteção ao crédito daqueles créditos originários (protestos e restrições na inadimplência ainda nas condições e características originais antes da ocorrência da novação das dívidas) em nome do *Grupo Alleanza* – exemplificativamente, SERASA, Boa Vista, SPC, CADIN e afins –, relacionados no Quadro Geral de Credores (ou naqueles casos em que ocorrer a preclusão do direito do credor ou na medida do trânsito julgado de cada impugnação judicial no decorrer do processo de recuperação judicial).

Referida medida de suspensão dos protestos e restrições em virtude da homologação do PRJ aprovado na AGC, ou na hipótese do Artigo 58 da LRF, decorre da novação de todas as dívidas, já mencionadas no item. Em caso específico de falência, após a homologação do PRJ aprovado na AGC, por eventual descumprimento do PRJ (e, portanto, da dívida novada), é garantida a condição resolutiva durante o biênio legal (retorno ao status *a quo ante*), mantendo intactos e intocáveis os direitos dos credores.

1.7 Da Nulidade Parcial

Caso alguma das cláusulas deste PRJ seja futuramente considerada inaplicável ou nula por qualquer razão, o PRJ não perde sua eficácia e/ou vigência relativamente ao restante de seu conteúdo e obrigações. No caso de uma ou mais das disposições aqui contidas serem inválidas, ilegais

ou inexequíveis em qualquer aspecto, a validade, legalidade ou exequibilidade das demais disposições aqui contidas não deverão ser, de nenhum modo, afetadas ou prejudicadas por isto.

1.8 Local de Pagamento

Os pagamentos serão pagos prioritariamente e diretamente na conta corrente de cada credor. A simples transferência eletrônica servirá como comprovação de pagamento. Servirá igualmente como forma de comprovação de pagamento o recibo de pagamento confeccionado pelo próprio credor, nos casos de pagamentos feitos por outros meios que não a transferência eletrônica Disponível (TED), Ordem de Crédito (DOC) ou Pagamento Instantâneo Brasileiro (PIX) e o depósito bancário, tais como pagamentos em dinheiro, cheques, compensações, dação em pagamento, dentre outras.

Os credores terão obrigatoriedade de enviar ao *Grupo Alleanza* os dados bancários para que seja efetuado cada pagamento, mediante correio eletrônico endereçado ao e-mail: rj@grupoalleanza.com.br

São os dados de responsabilidade dos credores para envio ao *Grupo Alleanza*:

Pessoa Física.

Pessoa Jurídica

Nome completo do credor	Razão Social do credor
CPF	CNPJ
Cópia de documento válido com foto	Cópia da última alteração/consolidação contratual (contrato social ou estatuto)
Telefone válido para contato	Cópia de documento válido com foto e telefone do representante legal
Dados bancários completos: Instituição financeira; código bancário; agência; conta do titular (credor)	Dados bancários completos: Instituição financeira; código bancário; agência; conta do titular (credor)

Caso o beneficiário do pagamento não seja o credor originário, toda documentação pertinente à alteração de titularidade do crédito deverá ser enviada à Recuperanda em cópia autenticada.

Na eventualidade de alteração dos dados bancários (ou do titular do crédito) durante o período de pagamento, caberá ao titular do crédito comunicar ao *Grupo Alleanza*, por meio do mesmo endereço eletrônico, tal alteração. Sob nenhuma hipótese, a Recuperanda será responsabilizada por dados informados erroneamente ou defasados, cabendo ao credor total responsabilidade pelo eventual não pagamento de seu crédito caso isso ocorra por este motivo.

Na eventualidade de crédito em moeda estrangeira, caberá a Recuperanda o fechamento de câmbio junto ao Banco Central – BACEN.

Os Credores deverão informar os dados bancários para pagamento, mediante comunicação eletrônica endereçada a Recuperanda, conforme *e-mail* acima. A indicação dos dados bancários para pagamento deverá ocorrer no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes da data do primeiro pagamento previsto. Caso o credor não informe os dados bancários para pagamento, isso não implicará em descumprimento do PRJ. No caso de o credor informar os dados bancários com atraso, a data do início da contagem de pagamento será 90 dias após a comunicação.

Os pagamentos que não forem realizados em razão de os Credores não terem informado seus dados bancários não serão considerados como descumprimento do Plano. Não haverá a incidência de juros ou encargos moratórios se os pagamentos não tiverem sido realizados em razão dos Credores não terem informado suas contas bancárias.

Ainda, caso qualquer pagamento ou obrigação estabelecida no presente PRJ esteja prevista ou estimada para ser realizada ou satisfeita em dia que não seja DIA ÚTIL, o referido pagamento/obrigação será realizado ou satisfeito no primeiro DIA ÚTIL subsequente.

Por fim, os pagamentos realizados na forma estabelecida neste Plano acarretarão, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional, ampla, geral e irrestrita quitação de todos os créditos de qualquer tipo e natureza contra a Recuperanda, inclusive juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações.

1.9 Inadimplemento de Obrigações

Caso ocorra o descumprimento tempestivo de qualquer obrigação prevista no PRJ em razão da não comunicação, por parte do credor, dos dados bancários corretos, completos e necessários para os pagamentos devidos, não será considerado o descumprimento da obrigação prevista, não cabendo imputar ao *Grupo Alleanza* qualquer penalidade, ou qualquer tipo de juros ou multa moratória em razão do eventual atraso que venha a ocorrer para o adimplemento da obrigação.

1.10 Alteração do Plano de Recuperação Judicial

O presente PRJ poderá, a qualquer tempo, sofrer modificações e/ou aditamentos, os quais somente serão válidos quando realizados por escrito e devidamente protocolizados junto aos autos de RJ, antes de sua aprovação na AGC.

Poderá ainda ser alterado após sua aprovação em AGC especificamente convocada para essa finalidade, sendo observados os critérios estabelecidos nos Artigos 45 e 58, ambos da LREF, deduzindo todos aqueles pagamentos anteriormente realizados na forma originalmente estabelecida no presente PRJ.

1.11 Das Discussões Judiciais

Caso a homologação do presente PRJ resolva, no todo ou em parte, litígio judicial entre o *Grupo Alleanza* e seus credores, as partes desde já concordam que, ocorrendo extinção da(s)

demanda(s), cada parte arcará com os custos de seus respectivos advogados, inclusive sucumbenciais.

1.12 Do Foro

Os direitos, deveres e obrigações decorrentes do PRJ deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil. Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou estiverem relacionadas ao PRJ serão resolvidas pelo Juízo da Recuperação.

1.13 Objetivos

O trabalho desenvolvido pretende demonstrar, mediante modernas técnicas de “Turnaround Management” e com propostas amplas e/ou pormenorizadas de reestruturação operacional, a viabilidade do *Grupo Alleanza* e sua consequente recuperação da passageira crise econômico-financeira.

É premissa básica para resgatar a viabilidade e competitividade, condições e prazos diferenciados⁹ para liquidação de seu atual passivo.

Em consonância com as premissas indicadas neste Plano, o *Grupo Alleanza* poderá, simultaneamente, promover a quitação integral de seu passivo nos termos deste Plano, equalizando as atuais dificuldades que o levaram ao período de escassez financeira, garantindo assim a manutenção e desenvolvimento da Empresa¹⁰ enquanto unidade produtiva e geradora de empregos e riquezas.

O Plano foi elaborado com o intuito de apresentar soluções aos principais problemas enfrentados pela Recuperanda ao longo dos últimos anos, determinantes para que se atingisse um quadro de escassez financeira que a impediram

⁹ Conforme Art. 50, inciso I da Lei 11.101/2005.

¹⁰ Conforme Art. 47 da Lei 11.101/2005

de honrar os compromissos assumidos com seus credores. Tais dificuldades foram identificadas após um minucioso Diagnóstico Empresarial que elencou e avaliou as circunstâncias existentes sob diversos prismas da administração moderna.

Lastreado neste Diagnóstico Empresarial, o Plano definiu as principais vertentes de trabalho necessárias para fornecer as respostas que cada item “problema”, fortalecendo a nova gestão que nasce a partir do processo de Recuperação Judicial.

Elucidaremos o potencial e a viabilidade das empresas do *Grupo Alleanza*, sob os aspectos técnico, econômico e financeiro, e esta viabilidade será o início para o cumprimento do cronograma de pagamento do passivo dos credores habilitados na Recuperação.

Por fim, espera-se que o Plano apresentado cumpra as expectativas de todos os interessados na Empresa: funcionários, clientes, fornecedores, sócios e comunidade em geral.

1.14 Escopo do Diagnóstico

Como já exposto, o item basilar deste Plano foi o Diagnóstico Empresarial previamente elaborado e fundamentado na análise de relatórios das diversas áreas operacionais, dos balanços e balancetes disponíveis, dos indicadores de diversos itens da atividade. Boa parte destas informações foram recolhidas *in loco*, ao passo que outras foram adotadas conforme informações internas recebidas da própria Empresa.

O mercado de atuação da Empresa (concorrência, fornecedores e clientes) também foi analisado com base em informações externas, com vistas a ratificar fontes internas e identificar os pontos fortes e fracos do *Grupo Alleanza* em uma visão mais abrangente, cotejando a visão interna para com a externa.

O entendimento do mercado de atuação foi muito importante para conhecer as expectativas externas em relação ao *Grupo Alleanza*. A visualização de seu market-share foi fundamental para a proposta de pagamento que integra este Plano, o qual busca a importante adesão dos Credores para efetiva aprovação da referida Recuperação Judicial.

Ao longo de todo o processo de diagnóstico foi possível detectar e compreender a origem dos principais problemas e dificuldades que levaram o *Grupo Alleanza* a recorrer ao processo de Recuperação Judicial, sendo que, na sequência, foram encontradas novas alternativas e mudanças propostas, que viabilizarão as operações da empresa e gerarão caixa suficiente para amortização do passivo.

1.15 *Histórico*

Linha do tempo ilustrativa:



* Fonte: Entrevista com sócios da empresa.

A Vinícola Alleanza surgiu do sonho de empreender de três amigos: Jerson, Marcos e Odair. O ano era 2010 quando eles se reuniram para falar de negócios e investimentos, e após estudos, análises e ponderações de cada um, surgiu a ideia de desenvolver uma indústria de bebidas.

A produção de vinho logo entrou na pauta principal em função da tradição da região com esta bebida, e em seguida os coquetéis alcoólicos de frutas surgiram como uma opção interessante e saborosa que poderiam agregar as vendas.

Nesse período os três sócios realizaram todo o levantamento de investimento e estrutura necessários para colocar em prática todas essas ideias, trabalharam duro, compraram máquinas, contrataram pessoas e em menos de um ano o sonho se tornava realidade, pois em novembro de 2011 nascia a Vinícola Alleanza, que do italiano significa união.



Alleanza  VINÍCOLA

Inicialmente atendia apenas ao Estado, mas por meio da qualidade de seus serviços e produtos novas oportunidades de mercado surgiram, bem como a ampliação do portfólio que hoje conta com 70 (setenta) itens. Atualmente a empresa conta com 21 (vinte e um) funcionários, 1900 m2 de fábrica e uma frota de 8 (oito) caminhões para logística própria, possuindo mais de 600 (seiscentos) clientes, distribuídos nos estados de: São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Santa Catarina, onde comercializa mais de 2,5 milhões de litros de bebida por ano.

Ou seja, o “start” do negócio com a comercialização de vinho e suco de uva produzidos por terceiros evoluiu para produção própria que envolve distribuição para diversos estados além da diversificação dos produtos pois além do vinho e suco de uva, ainda a produção possui uma linha variada de vinhos finos, coolers, suco de uva branca e coquetéis.

A requerente Bebidas Vailatti surgiu da necessidade de apoio operacional e logístico para a ampliação da linha de produção da requerente Alleanza, iniciando suas atividades em 07/10/2019, tendo como sócia a Sra. Suzana Heinemann Wink (cônjuge do sócio Jerson e ex-sócia da requerente Alleanza).

Saliente-se que a requerida *Vailatti* atua em conjunto com a requerida *Alleanza*, sem funcionários já que a estrutura física e pessoal é utilizada para ambas e em que pese o domicílio fiscal mencionado como diverso em seu contrato social, ambas as empresas possuem como ambiente físico a unidade operacional e administrativa de Pinheiro Preto, situada na SC-303, km 197,5, s/n, como aqui demonstrado.

Resta evidente que as requerentes fazem parte de um mesmo processo produtivo, qual seja, a fabricação das bebidas derivadas da uva e posterior distribuição ao mercado consumidor que está espalhado pelo Brasil, necessitando assim de suporte logístico para melhor atuação.

Diante da comunhão de esforços, a requerente Vailatti acrescentou em seu contrato social a fabricação de bebidas bem como criou uma filial situada no município de Belo Horizonte/MG, para atender a demanda que é crescente, como seguem as cláusulas da primeira e segunda alterações contratuais e com ressalva de que referida filial apenas se reporta ao comércio das bebidas e distribuição:

A essa altura, resta muito claro que se está diante de um GRUPO empresarial/familiar de enorme relevância econômica e social na região, responsável pela geração de dezenas de empregos diretos e indiretos e pelo recolhimento de milhões de reais em tributos anualmente.

1.16 Estrutura Organizacional

1.16.1 Unidades Produtivas

O Grupo Alleanza possui planta fabril bem estruturada, de ótima localização que garantem o suporte operacional para todas as áreas do negócio. Toda estrutura administrativa, financeira e comercial está localizada no mesmo espaço, contribuindo muito para a agilidade dos serviços e processos. Todos os atendimentos efetuados aos fornecedores, qualidade de matéria-prima, controle de estoque, compras e recursos humanos.

Vista Frontal – Vinicola Alleanza- Área 1.900 m²



Espaço de armazenagem



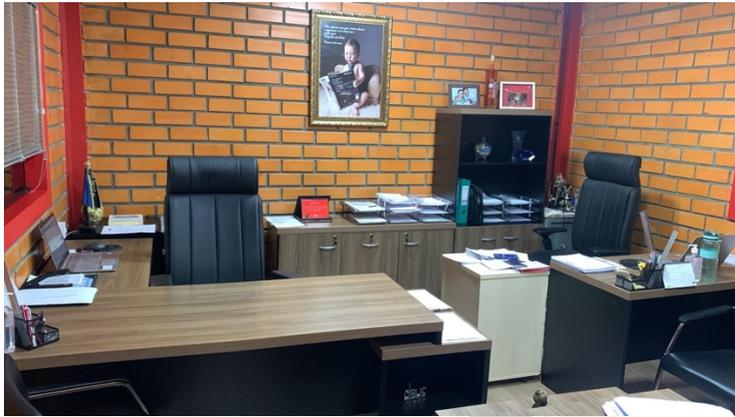
Linhas de produção



LFBoff
Assessoria Estratégica

1.16.2 Estrutura Administrativa

Direção



Logística



Financeiro – Contas a Receber



Financeiro – Contas a Pagar e Tesouraria



Mesanino e Sala de Reuniões



1.16.3 Política de Qualidade

“O Grupo Alleanza busca atender as necessidades dos clientes através da melhoria contínua de seus processos e sistema de gestão, oferecendo produtos e serviços com qualidade e competitividade.”

1.16.4 Equipe

Valorizar e investir em sua equipe de trabalho foi o caminho escolhido para criar um ambiente de satisfação, onde todos se comprometem com a qualidade e crescimento da empresa. Seus colaboradores participam dos programas de treinamentos, que já foram intensificados em todos os níveis, aumentando a consciência profissional com destaque para o mérito, onde cada colaborador, por sua própria força, inicia a construção de seu próprio futuro.

O *Grupo Alleanza* se mantém em funcionamento com uma estrutura de pessoal na medida de sua necessidade. A concentração da força de trabalho está no setor fabril e logística.

1.16.5 Estrutura Comercial

A estrutura comercial do *Grupo Alleanza* mantém abrangência nacional. Graças à boa aceitação do mercado, atualmente os volumes de revenda são pequenos ante a possibilidade e capilaridade de vendas. Todo o volume é vendido, mantendo estoque somente no tempo logístico necessário.

A Empresa mantém clientes ativos desde sua fundação, que compram os produtos semanalmente, mantendo desta forma uma parceria sólida. Os principais clientes, em sua maioria, são grandes redes supermercadistas e também redes regionais, sem deixarmos de mencionar os mercados e mercearias de modo geral.

Visitas a clientes também reforçam a estratégia comercial, inclusive com a própria diretoria, que se dispõe a visitá-los em constantes encontros. Internamente, a empresa mantém um time conciso, que participa ativamente de todas as decisões, trazendo os principais anseios dos clientes.

2 Recuperação Judicial

2.1 A Origem da Crise

Como anteriormente exposto, os requerentes se fixaram como um importante grupo empresarial/familiar nos seus segmentos e sempre exerceram suas atividades com sucesso e probidade desde a abertura de cada novo empreendimento e início de cada novo negócio.

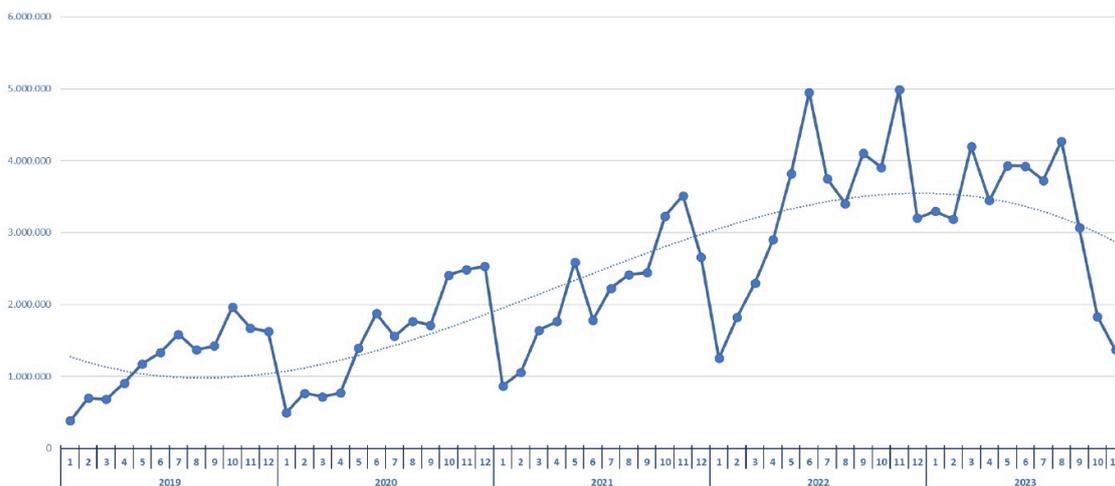
Não obstante, como esclarece Sérgio Campinho¹¹, não são raras as situações nas quais, no exercício de sua atividade, o empresário depara-se com sérias dificuldades em realizar pontualmente o pagamento de suas obrigações. Sem prejuízo da análise técnica dos motivos determinantes da crise, o *Grupo Alleanza* requerente passa a tecer as seguintes considerações.

A situação de crise de liquidez do *Grupo Alleanza* já perdura e vem se agravando há aproximadamente dois anos. Nesse período houve drástica redução de sua receita, essencialmente pela queda acentuada em seu volume de vendas, conforme demonstrado na sequência.

O gráfico abaixo, elaborado com base nos documentos contábeis em anexo (docs.), demonstra a Até meados de 2022 a empresa apresentava crescimento em seu faturamento, a partir de 2023 esse número começou a se inverter. Entre janeiro a março de 2024, o faturamento líquido acumulado está em R\$ 2.296.288,02, conforme balancete contábil, representando uma média mensal de R\$ 765.429,34.

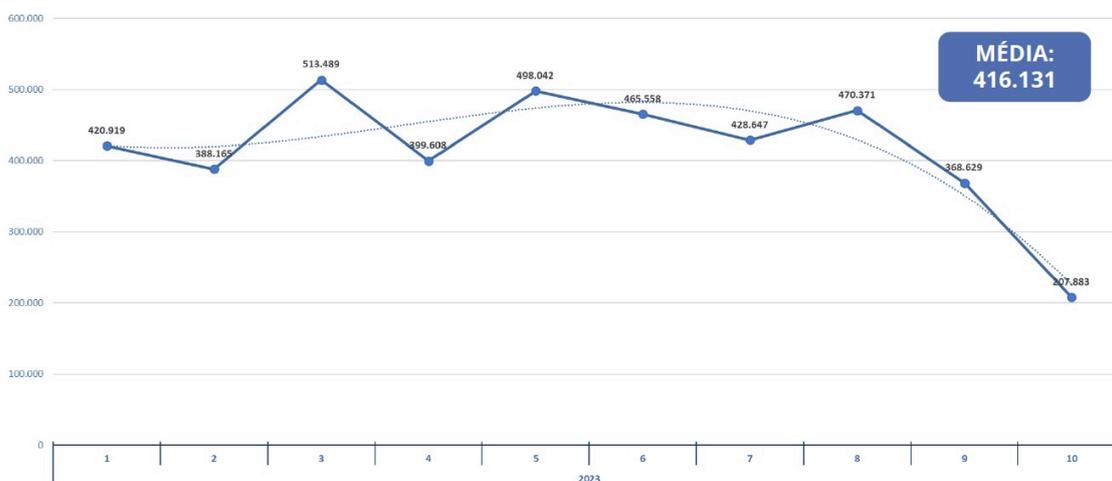
¹¹ CAMPINHO, Sérgio. Falência e Recuperação de Empresa: O novo regime da insolvência empresarial. 4ª ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro: Renovar. 2009. p. 121.

Faturamento e Tendências



Também podemos observar que a partir do segundo semestre de 2023 começou a apresentar queda na produção, refletindo diretamente no fluxo de caixa, assim como uma queda *acentuada nas margens* de rentabilidade tornou ainda menor a entrada de recursos no caixa.

Produção 2023



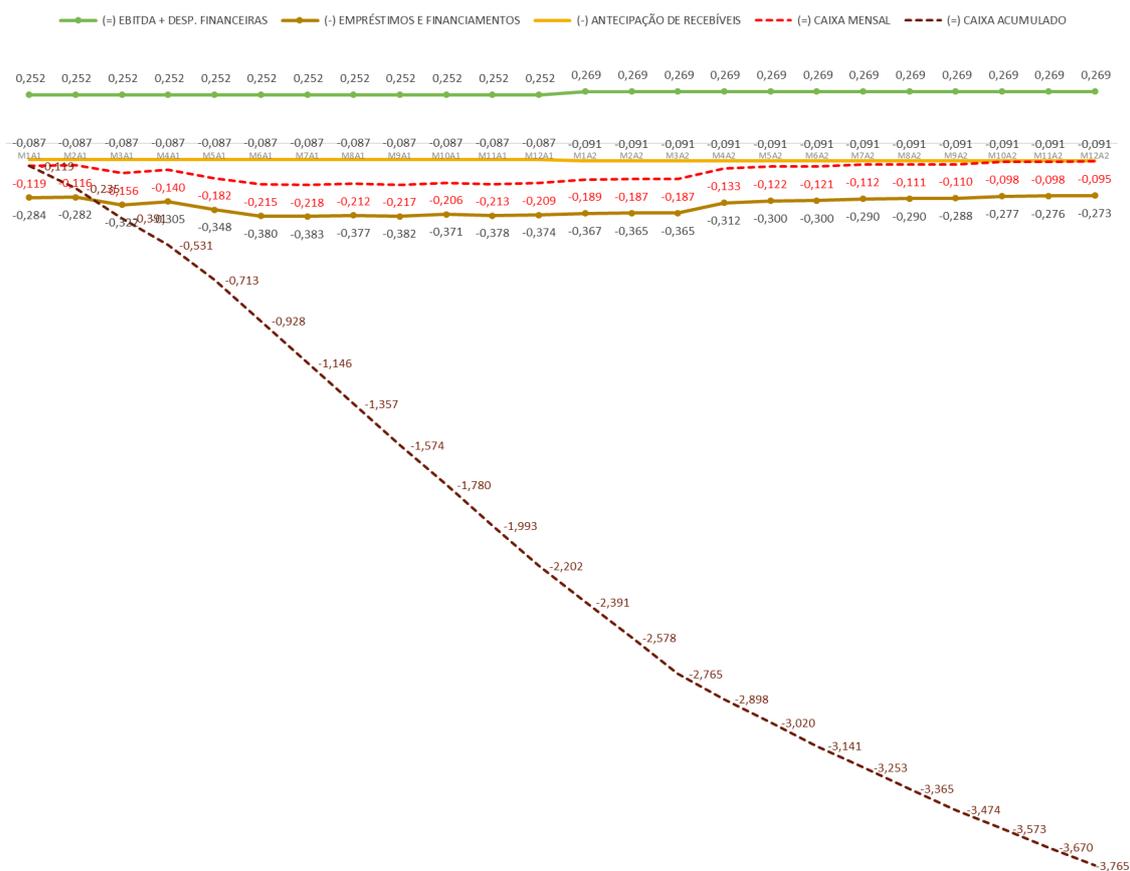
Análise do Ponto de Equilíbrio



Com base na projeção financeira para os próximos dois anos, considerando a atual capacidade de produção e venda, custos e gastos fixos contraídos, a empresa consegue gerar EBITDA positivo, demonstrando que o negócio é viável, porém, as despesas financeiras e principalmente as amortizações dos contratos já firmados, prejudicam seriamente o fluxo de caixa conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Assessoria Estratégica

Análise do Fluxo de Caixa (Valores em Milhões de Reais)



Evidencia-se, portanto, uma redução drástica na rentabilidade do negócio como um todo, podemos observar que sem o instrumento da Recuperação Judicial, é impossível a empresa conseguir gerar fluxo de caixa superavitário. Em dois o saldo de caixa será de -R\$ 3,765 milhões.

Por fim, como em uma tempestade perfeita, a redução do volume de vendas, da receita e das margens veio acompanhada, ao longo dos últimos anos, do **aumento** incessante da taxa Selic (fonte: <https://warren.com.br/magazine/taxa-selic-hoje/>), utilizada pelo Banco Central como principal ferramenta de política monetária para combate a inflação. Isso resultou no imediato encarecimento das operações, impactando severamente no fluxo de caixa de curto prazo de todo o *Grupo Alleanza*, a ponto de comprometer o cumprimento de suas obrigações correntes.

Mas não é tudo.

Vale observar que no presente período, o *Grupo Alleanza* já não vem conseguindo honrar com seu passivo, necessitando urgentemente de reprogramação de pagamentos, sucessivas novações de dívidas e captação de novos recursos para cobrir suas necessidades, o que acabará criando um passivo cada vez maior e mais oneroso.

Diante do exposto, tem-se a certeza de ser transitória sua atual situação de crise, pois, para tanto, além dos benefícios da Recuperação Judicial, estão em curso medidas administrativas e financeiras necessárias ao equilíbrio entre receitas e despesas, gerando lucro e caixa suficientes para honrar os pagamentos do plano em questão, saneando sua atual condição de insolvência.

De fato, apesar da respeitável infraestrutura, *know how* e poderio de comercialização do *Grupo Alleanza* requerente, a soma de inúmeros fatores levou-o a uma situação de desequilíbrio financeiro sem precedentes que, neste momento, se mostra quase insuperável – a não ser que sejam concedidas urgentemente as benesses da Lei n. 11.101/2005.

E ainda não é tudo.

2.1.1 Gestão familiar – Redução das linhas de crédito

Como é comum na grande maioria das empresas familiares, no início tentou-se manter, de todas as formas, a atividade a pleno vapor, sempre. As empresas do *Grupo Alleanza* tinham dificuldades e falta de conhecimento técnico para captar linhas de créditos adequadas para investimento, principalmente tratando-se de empreendimentos novos. Neste contexto, diga-se desde, logo, a recuperação judicial servirá, também, para **solidificar a profissionalização da gestão** do *Grupo Alleanza*, o que já vem ocorrendo desde janeiro/2024, com a contratação de consultoria especializada em reestruturação, controladoria e inteligência de negócios (LFBoff Assessoria Estratégica - www.lfboff.com.br).

Pouco a pouco, desde sua gênese, o *Grupo Alleanza* foi se estruturando, fazendo investimentos para atender às demandas, visando sua manutenção no mercado competitivo e o seu crescimento.

Porém, para manter-se competitiva no mercado, a operação precisava crescer buscando novas oportunidades. Com isso, surge a necessidade de mais capital de giro e, com os fornecedores ofertando pouco crédito, o *Grupo Alleanza* buscou seus primeiros empréstimos bancários, feitos fora das melhores linhas e condições possíveis, ou seja, de curto prazo e com juros altos, fato que fez com que o *Grupo Alleanza* entrasse em uma ciranda financeira – o que está demonstrado na documentação contábil anexa.

No entanto, mesmo diante desta dificuldade inicial, o GRUPO precisava se desenvolver principalmente para liquidar o endividamento assumido e porque o mercado propiciava condições para este desenvolvimento.

Neste momento também, sempre buscando o desenvolvimento das empresas do *Grupo Alleanza*, a confusão patrimonial (onde os ativos e passivos das empresas e das pessoas físicas se misturam) e a confusão de caixa entre as empresas e pessoas naturais (onde os recursos são direcionados para a necessidade prioritária de pagamento do dia, independente de qual empresa o

recurso entrou ou será destinado) tornou-se comum – o que permanece até os dias atuais. Deveras, há praticamente um **caixa único** para todos os integrantes do *Grupo Alleanza*, o que está demonstrado na documentação contábil – mas isso já está em processo de correção, como parte das estratégias de reestruturação.

Assim, desde aquela época até os dias de hoje, tornou-se frequente a injeção e a tomada cruzada de recursos, para a manutenção e continuidade das atividades e consequente crescimento.

Diante deste cenário, das insuficientes margens de lucro obtidas comparadas aos custos dos financiamentos bancários, a falta de capital de giro próprio e de liquidez e pela repentina redução das linhas de crédito por parte das próprias instituições financeiras, o *Grupo Alleanza* foi acometido de grande redução nos níveis de faturamento e de performance. Consequentemente, experimenta maior dificuldade para honrar seus compromissos, prejudicando ainda mais o seu fluxo de caixa, culminando em uma inevitável – mas **passageira** – situação de falta de solvência de seu passivo, prejudicando diretamente a compra de matéria-prima para dar continuidade nas atividades.

Neste sentido, o que antes era considerado como um simples empréstimo para o *Grupo Alleanza*, acabou tornando-se uma dependência umbilical, à medida que cada vez que sobrevinha qualquer dificuldade financeira mais urgente e crucial, havia uma necessidade de aquisição de recursos com os sócios ou de terceiros, como única forma de garantir seu funcionamento. Com isso, ocorreram diversas repactuações junto às instituições financeiras, cada vez com maiores taxas, juros e multas remuneratórias e moratórias, ocasionando progressivo e contínuo endividamento – o que está demonstrado na documentação contábil.

Os custos deste endividamento reduziram ainda mais a capacidade de reação do *Grupo Alleanza*, que, frisa-se, já estava enfraquecido devido ao endividamento arrastado ao longo dos anos e que contribuíram substancialmente para a desestabilização do fluxo de caixa – o que está demonstrado na documentação contábil.

No momento atual, embora viável, o *Grupo Alleanza* está em forte descompasso no seu fluxo de recebimentos e pagamentos. Pagamentos com fornecedores e sistema bancário estão em atraso (docs.), e os requerentes já estão na iminência de sofrer ainda mais prejuízos com diversas restrições (protestos, bloqueios, Serasa, SPC, etc.).

Por isso, sem contar com recursos financeiros imprescindíveis para dar velocidade às mudanças necessárias, as dificuldades continuaram, e o *Grupo Alleanza* requerente percebeu que necessitava remodelar com mais rapidez sua estrutura organizacional e administrativa para ajustar-se à nova realidade que se impunha – evidenciando o potencial de *turnaround* existente. Outrossim, em paralelo ao procedimento ora proposto, já estão em curso diversas medidas administrativas consideradas necessárias (como a implantação de novos modelos de gestão e inteligência de negócios, por exemplo).

Como se sabe, a recuperação judicial tem se mostrado eficaz, necessária e, na grande maioria das vezes, uma verdadeira **oportunidade** para o empreendedor se **reinventar** e se **reestruturar**, para enfrentar e vencer um momento de tormenta. Neste viés, como foi dito, algumas providências emergenciais já foram adotadas, com auxílio de **consultoria especializada** em reestruturação, controladoria e inteligência de negócios (LFBoff Assessoria Estratégica - www.lfboff.com.br). Todavia, diante da atual situação de desencaixe financeiro, sem as benesses da recuperação judicial, as providências administrativas não lograrão o efeito desejado.

Neste contexto, fragilizado em termos de fluxo de caixa, o *Grupo Alleanza* requerente preencheu a totalidade dos limites de crédito concedidos por seus parceiros financeiros, chegando a uma preocupante situação de falta de liquidez. Em tal cenário de redução de capital de giro, queda de margens e diminuição da demanda, as operações do *Grupo Alleanza* ficaram extremamente vulneráveis e sujeitas a pressões de toda a sorte, obstando diligências eficazes à reestruturação extrajudicial de suas atividades.

Ressalte-se que o endividamento está longe de comprometer o patrimônio do *Grupo Alleanza*, mas é clarividente o problema de fluxo de caixa. Ademais, apesar de tudo, o *Grupo Alleanza* tem certeza de que esse estado de gravidade será passageiro.

Assim, os demandantes vêm buscar de forma otimista o direito de reconhecer suas dívidas e viabilizar a continuidade das atividades comerciais, com intenção de manter as portas abertas, com os funcionários empregados (diretos e indiretos). Por conseguinte, continuar gerando riquezas para o Estado e contribuições para a comunidade de Pinheiro Preto/SC e região, bem como para todo o país, já que os reflexos da recuperação atingirão positivamente também os fornecedores e, indiretamente, toda a sociedade regional.

CAPÍTULO III

3 O Plano de Reestruturação

3.1 Reestruturação

Após o pedido de recuperação judicial, o *Grupo Alleanza*, através de sua Diretoria, desenvolveu um plano de reestruturação econômico, financeiro e operacional, visando à lucratividade necessária para permitir a liquidação de seus débitos e a manutenção de sua atividade no médio e longo prazo, o que depende não só da solução da atual situação de endividamento, mas também, e fundamentalmente, da melhoria de sua capacidade de geração de caixa. As medidas identificadas no Plano de Reestruturação estão incorporadas em um planejamento para o período de 15 (quinze) anos, fundamentados em decisões estratégicas em diversos setores da empresa.

3.2 Reestruturação Mercadológica

No setor econômico, a reestruturação dar-se-á integralmente a área comercial, recompilando à política de vendas às margens e rentabilidade e recompondo o mapa de formação dos preços dos produtos.

A busca por novos clientes, principalmente pequenos varejistas será fortalecida para obtenção de melhores resultados, principalmente nos períodos de sazonalidade acentuada. O *Grupo Alleanza* também está buscando reestabelecer as parcerias com clientes antigos que, pouco a pouco, estão retomando os volumes já comprados em épocas passadas. Tudo isso está perfeitamente alinhado ao planejamento de investimentos na ampliação da atividade conforme premissas do plano de desenvolvimento econômico-financeiro da empresa.

Toda essa reestruturação comercial do *Grupo Alleanza* não deixa de contemplar a avaliação do público-alvo e o posicionamento da marca perante cada produto oferecido em cada região.

A fixação de metas, associada ao plano orçamentário e ponto de equilíbrio já estão em fase de implantação, algumas com resultados já obtidos.

3.3 Reestruturação Administrativa e Financeira

Várias ações já foram tomadas visando uma transformação da cultura na gestão administrativa e financeira da empresa.

Dentre as várias ações saneadoras já efetivadas e em curso, encontram-se a reorganização do seu quadro funcional, otimização e redução de despesas na área operacional e administrativa, e que, para efetiva superação dessa crise, surge a necessidade da Recuperação Judicial, apresentando-se como um ponto de inversão dessa tendência negativa, com o fito de ajustar seu caixa, buscando o equilíbrio financeiro exigido para completa quitação de todos os seus débitos.

No setor administrativo a reestruturação inicia com programa de redução de despesas fixas, evitando gastos desnecessários, desperdícios e ações sem planejamento. O fortalecimento da política de recursos humanos é outro ponto

importante, que contemplará plano de carreira baseado em resultado, melhorias no processo de seleção, treinamento e valorização social e profissional dos colaboradores internos, reduzindo o turnover e por consequência dos custos de pessoal.

A formação de novas diretrizes de administração dará o suporte à área comercial através de análise de novidades e oportunidades do mercado. Essas novas diretrizes serão complementadas pela reorganização do organograma da empresa para que todas as premissas possam ser cumpridas.

No setor financeiro, imediatamente será implantado o Plano Orçamentário com revisões periódicas trimestrais, suportado por relatórios gerenciais para análise de resultados econômico e financeiro. O DFCP (Demonstrativo de Fluxo de Caixa Projetado) já está implementado e está alinhado com a consolidação das informações das contas a receber, contas a pagar e tesouraria. O ajuste do plano de contas e o sistema de custeio por centro de custos fornecerá informações com base sustentável a todas as decisões estratégicas, também com sua implantação já iniciada.

Ainda, com o objetivo de melhorar o resultado líquido, a empresa busca entre os vários parceiros financeiros as melhores taxas para as operações, garantindo assim o capital de giro na medida necessária e com menor custo possível.

Para superação da crise econômica, o *Grupo Alleanza* já adotou e ainda adotará medidas diversas, com as quais os credores concordam ao aprovarem o presente plano, tais como (mas não limitadas a):

- ◆ Implantação imediata de controles financeiros, econômicos e de desempenho para acompanhamento da performance da empresa, tendo as decisões baseadas em números, atrelando as entradas das vendas, “carimbando” o uso do recurso rigorosamente para financiamento do capital de giro;
- ◆ Padronizar os controles de tesouraria e caixa. Conciliação bancária automatizada.

- ◆ Ter prática severa e controles com follow up constante para os atrasos e inadimplências.
- ◆ Suspender qualquer novo investimento que não vise melhorar o resultado operacional.
- ◆ Reduzir em 10% as despesas administrativas e custos fixos de produção.
- ◆ Profissionalizar a estrutura organizacional e gestão, evitando administração empírica.
- ◆ Fazer a análise do resultado mensal da empresa (econômico e financeiro).
- ◆ Medir, controlar custos e despesas fixas.
- ◆ Planejar os objetivos e as metas globais para o próximo ano, elaborando o Orçamento Empresarial.
- ◆ Acelerar as vendas. Há excelentes oportunidades em todos os segmentos de atuação. Em um segmento com baixa estrutura de custos e produtos “commodities”, ficam restritas as alavancas de resultado, neste caso, passando necessariamente pelo incremento no volume de vendas.
- ◆ Fazer acompanhamento e monitoramento semanal e mensal da performance de vendas, categorizando produtos, prazo de entrega, orçamento e metas traçadas.
- ◆ Dar atenção à possibilidade de “novos negócios” que permitam incrementar volume rapidamente.
- ◆ Trabalhar o mix de produtos que oportunize melhores margens.
- ◆ Planejar abordagem e ajustar os preços, comissões, verbas e outras condições.
- ◆ Estudar investimentos em publicidade e propaganda visando alavancar as vendas.
- ◆ Vender pelo preço correto, com prazo de recebimento menos dilatado, para clientes com boa capacidade de pagamento. Não há espaço para inadimplência.
- ◆ Melhorar a experiência do cliente com a nossa marca.
- ◆ Institucionalizar políticas comerciais, avaliando lucratividade de clientes.

- ◆ Aperfeiçoar a ferramenta de formação de preço de venda (pricing) que seja a mesma para comercial e produção, permitindo maior flexibilidade para precificar e maior agilidade na resposta dos orçamentos.

- ◆ Introduzir os apontamentos de produção no ERP, para apurar corretamente o CPV.

- ◆ Melhorar o fluxo das informações.

- ◆ Mapear, desenvolver e complementar os principais indicadores chaves (KPIs) para cada grande área da empresa: RH, Financeiro, Produção, Comercial e Suprimentos. É desejável que seja integrado ao sistema de inteligência de negócios.

- ◆ Desenvolver o sistema de inteligência de negócios (BI) de modo que permita a disposição de informação em tempo real, propicie agilidade na tomada de decisão, tanto para o nível estratégico quanto para o nível tático e operacional.

- ◆ Revisar o Plano de Contas. Muitas contas estão bastante genéricas, não permitindo uma análise mais profunda em relação ao real impacto de cada custo/despesa no negócio.

- ◆ Mapeamento e formalização dos fluxogramas de processos da empresa.

- ◆ Realinhamento do Organograma, organizando melhor os setores e as funções de cada um na empresa.

- ◆ Definição de uma Agenda de Reuniões, com periodicidades a definir, especialmente entre os setores financeiro, compras e comercial, criando uma rotina de gestão.

- ◆ Programa de redução de custos operacionais: reduzir em 10% o custo com MP e insumos.

- ◆ Organizar um inventário geral e acertar os estoques no sistema.

- ◆ Racionalizar os estoques.

- ◆ Desenvolver novos fornecedores.

- ◆ Realizar, mediante autorização judicial, o arrendamento e/ou o trespasse e/ou a venda do(s) estabelecimento(s) e/ou de unidade(s) produtiva(s) isolada(s), total ou parcialmente.

- ◆ Calcular o ponto de pedido, ajustar os leads times adequadamente evitando rupturas.

- ◆ Seguir comprando à vista (mediante bons descontos), ser eficiente na logística e na industrialização.

Fundamentada no artigo 50 da Lei 11.101/2005 a Empresa busca, dentre outros, os meios:

- ◆ “Concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas”;

- ◆ “Equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza, tendo como termo inicial a data da distribuição do pedido de recuperação judicial”.

Além disso, durante o processo de reestruturação e da Recuperação Judicial a Empresa poderá lançar mão de quaisquer meios de recuperação propostos pelo legislador no art. 50 da LRE, dentre outros elencamos alguns:

- ◆ II – Cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente;

- ◆ VI – Aumento de capital social;

- ◆ VII – Trespasse ou arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados;

- ◆ IX – Dação em pagamento ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiro;

- ◆ XI – Venda parcial dos bens;

- ◆ XV – Emissão de valores mobiliários;

- ◆ XVI – Constituição de sociedade de propósito específico para adjudicar, em pagamento dos créditos, os ativos do devedor.

CAPÍTULO IV

4 Estudo Economico-Financeiro

4.1 Projeções

4.1.1 Premissas

Após o minucioso levantamento de informações de projeção de vendas, custos e orçamentos de departamentos foi traçado o cenário mais provável de resultados, que demonstra claramente que a empresa tem viabilidade econômica para honrar seus compromissos conforme discrimina este Plano.

As seguintes premissas foram adotadas na projeção de resultado econômico-financeiro:

- ◆ Foi utilizado o Sistema Tributário Normal com apuração de Lucro Presumido, sendo consideradas assim, as respectivas alíquotas de cada imposto incidente para as projeções de resultados. Este Sistema Tributário é o adotado pela empresa no momento da elaboração deste Plano de Recuperação, porém, já possui em andamento um estudo aprofundado da melhor opção tributária para o próximo exercício fiscal;
- ◆ Os custos dos produtos foram projetados com base nos atuais custos líquidos de todos os impostos creditáveis. Este grupo de custos varia em crescimento proporcionalmente ao crescimento da receita;

◆ As despesas operacionais foram projetadas de acordo com as atuais despesas líquidas de todos os impostos creditáveis. Estas Despesas projetadas terão um pequeno aumento no decorrer dos períodos, pois mesmo sendo fixas por característica, na realidade, o aumento no volume de vendas demandará alguns aumentos para comportar o novo nível de atividade, porém, tais custos já consideram as reduções ocorridas a partir das medidas adotadas e previstas no Plano de Recuperação, e, além disso, o efeito de alavancagem pela escala é favorável, resultando em um EBITDA satisfatório para a atividade;

◆ Outra premissa é que os valores de depreciação inclusos na projeção serão parcialmente reinvestidos como forma de manutenção da atual capacidade instalada, com as diferenças sendo utilizadas para recomposição do caixa da empresa a cada ano;

◆ A sobra de caixa projetada em cada ano da projeção será destinada para o pagamento do passivo não sujeito aos efeitos da presente Recuperação Judicial, para recomposição do capital de giro próprio e também para os investimentos necessários para o atendimento da demanda projetada;

◆ A projeção não contempla efeitos inflacionários. A premissa adotada é de que todo efeito inflacionário será repassado ao preço dos serviços projetado quando ocorrerem, mantendo a rentabilidade projetada, bem como, a geração de caixa e a capacidade de pagamento resultante;

◆ O ano 1 (um) da projeção considera os 12 (doze) meses subsequentes a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial e consequente concessão da recuperação da Empresa;

◆ Todas as projeções foram feitas em um cenário bastante conservador. O crescimento do faturamento líquido ao longo dos 15 (quinze) anos espelha a realização dos projetos em andamento, as novas oportunidades disponíveis e a retomada dos negócios prejudicados pela crise financeira e pela superação da mesma. Utilizou-se a taxa de crescimento médio anual de 5% (cinco por cento), aquém do crescimento que o mercado espera para as próximas décadas, e a própria estimativa de crescimento para o setor em 2024. Nos primeiros períodos, a taxa de

crescimento foi maior, principalmente pelo reflexo das ações já em implantação nas diversas áreas da empresa.



Premissas

Período: 17 anos

Base Inicial: Meses de janeiro a junho de 2024.

Varição da Receita: 5 % ao ano, nos primeiros 5 anos.

CMV: 68% sobre as receitas.

Varição dos gastos fixos: 3% ao ano, nos primeiros 5 anos.

Varição da folha de pagamento: 5% ao ano, nos primeiros 5 anos.

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício Projetado

	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17
	27.062.916	28.351.111	29.700.624	31.114.373	32.595.418	32.595.418	32.595.418	32.595.418	32.595.418	32.595.418	32.595.418	32.595.418	32.595.418	32.595.418	32.595.418	32.595.418	32.595.418
(-) DEVOLUÇÕES	(1.326.083)	(1.389.204)	(1.444.773)	(1.502.564)	(1.562.666)	(1.562.666)	(1.562.666)	(1.562.666)	(1.562.666)	(1.562.666)	(1.562.666)	(1.562.666)	(1.562.666)	(1.562.666)	(1.562.666)	(1.562.666)	(1.562.666)
(=) RECEITA BRUTA DE VENDAS	25.736.833	26.961.906	28.255.851	29.611.810	31.032.751	31.032.751	31.032.751	31.032.751	31.032.751	31.032.751	31.032.751	31.032.751	31.032.751	31.032.751	31.032.751	31.032.751	31.032.751
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS	(1.704.964)	(1.786.120)	(1.871.139)	(1.960.206)	(2.053.511)	(2.053.511)	(2.053.511)	(2.053.511)	(2.053.511)	(2.053.511)	(2.053.511)	(2.053.511)	(2.053.511)	(2.053.511)	(2.053.511)	(2.053.511)	(2.053.511)
(-) DESPESAS VARIÁVEIS DE VENDA	(1.380.209)	(1.445.907)	(1.514.732)	(1.586.833)	(1.662.366)	(1.662.366)	(1.662.366)	(1.662.366)	(1.662.366)	(1.662.366)	(1.662.366)	(1.662.366)	(1.662.366)	(1.662.366)	(1.662.366)	(1.662.366)	(1.662.366)
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22.651.661	23.729.880	24.869.980	26.064.771	27.316.874	27.316.874	27.316.874	27.316.874	27.316.874	27.316.874	27.316.874	27.316.874	27.316.874	27.316.874	27.316.874	27.316.874	27.316.874
(-) MATÉRIA-PRIMA E EMBALAGEM	(18.373.014)	(19.247.569)	(20.163.753)	(21.123.548)	(22.129.029)	(22.129.029)	(22.129.029)	(22.129.029)	(22.129.029)	(22.129.029)	(22.129.029)	(22.129.029)	(22.129.029)	(22.129.029)	(22.129.029)	(22.129.029)	(22.129.029)
(=) MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO I	4.278.647	4.482.311	4.706.227	4.941.223	5.187.845	5.187.845	5.187.845	5.187.845	5.187.845	5.187.845	5.187.845	5.187.845	5.187.845	5.187.845	5.187.845	5.187.845	5.187.845
(-) MÃO-DE-OBRA DIRETA	(1.277.428)	(1.326.609)	(1.377.683)	(1.430.724)	(1.485.807)	(1.485.807)	(1.485.807)	(1.485.807)	(1.485.807)	(1.485.807)	(1.485.807)	(1.485.807)	(1.485.807)	(1.485.807)	(1.485.807)	(1.485.807)	(1.485.807)
(-) CUSTOS FIXOS	(535.064)	(547.370)	(559.960)	(572.839)	(586.014)	(586.014)	(586.014)	(586.014)	(586.014)	(586.014)	(586.014)	(586.014)	(586.014)	(586.014)	(586.014)	(586.014)	(586.014)
(=) MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO II	2.466.155	2.608.331	2.768.583	2.937.660	3.116.023	3.116.023	3.116.023	3.116.023	3.116.023	3.116.023	3.116.023	3.116.023	3.116.023	3.116.023	3.116.023	3.116.023	3.116.023
(-) MÃO-DE-OBRA INDIRETA	(364.310)	(378.336)	(392.902)	(408.029)	(423.738)	(423.738)	(423.738)	(423.738)	(423.738)	(423.738)	(423.738)	(423.738)	(423.738)	(423.738)	(423.738)	(423.738)	(423.738)
(-) DESPESAS FIXAS	(619.484)	(643.334)	(668.102)	(693.824)	(720.537)	(720.537)	(720.537)	(720.537)	(720.537)	(720.537)	(720.537)	(720.537)	(720.537)	(720.537)	(720.537)	(720.537)	(720.537)
(=) RESULTADO OPERACIONAL (EBITDA)	1.482.361	1.586.661	1.707.579	1.835.807	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	(785.640)	(823.867)	(863.965)	(906.026)	(950.147)	(950.147)	(950.147)	(950.147)	(950.147)	(950.147)	(950.147)	(950.147)	(950.147)	(950.147)	(950.147)	(950.147)	(950.147)
(=) RESULTADO LÍQUIDO	696.721	762.794	843.614	929.781	1.021.602	1.021.602	1.021.602	1.021.602	1.021.602	1.021.602	1.021.602	1.021.602	1.021.602	1.021.602	1.021.602	1.021.602	1.021.602
PONTO DE EQUILÍBRIO OPERACIONAL	16.820.164	17.417.854	18.003.669	18.610.169	19.238.105	19.238.105	19.238.105	19.238.105	19.238.105	19.238.105	19.238.105	19.238.105	19.238.105	19.238.105	19.238.105	19.238.105	19.238.105
PONTO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO	21.545.933	22.373.563	23.190.852	24.039.808	24.921.712	24.921.712	24.921.712	24.921.712	24.921.712	24.921.712	24.921.712	24.921.712	24.921.712	24.921.712	24.921.712	24.921.712	24.921.712

Premissas

Período: 17 anos

Modelo: Fluxo de Caixa pelo método indireto, iniciando pelo EBITDA

Amortizações da Recuperação Judicial: Conforme plano de recuperação, aplicado o deságio e corrigido a taxa de 1% ao mês mais TR.

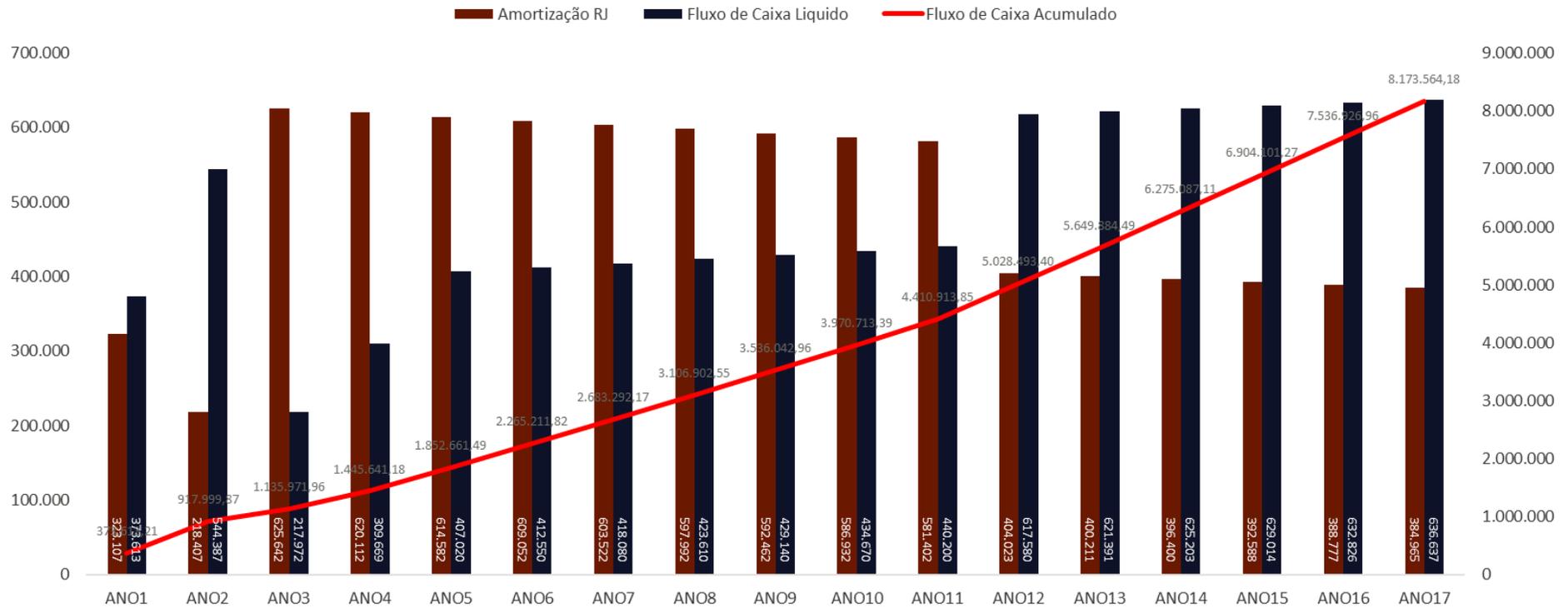
Encargos sobre antecipações de recebíveis: 2,69% com prazo médio de 30 dias.

Outras despesas financeiras: Taxas bancárias aplicadas com base em janeiro a dezembro de 2023, com aumento de proporcional a receita nos primeiros 5 anos.

Fluxo de Caixa Projetado

FLUXO DE CAIXA	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17
(=) EBITDA	1.482.361	1.586.661	1.707.579	1.835.807	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749
(=) FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL	1.482.361	1.586.661	1.707.579	1.835.807	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749	1.971.749
(=) FLUXO DE CAIXA INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) AMORTIZAÇÕES	(323.107)	(218.407)	(625.642)	(620.112)	(614.582)	(609.052)	(603.522)	(597.992)	(592.462)	(586.932)	(581.402)	(404.023)	(400.211)	(396.400)	(392.588)	(388.777)	(384.965)
(-) RECUPERAÇÃO JUDICIAL	(323.107)	(218.407)	(625.642)	(620.112)	(614.582)	(609.052)	(603.522)	(597.992)	(592.462)	(586.932)	(581.402)	(404.023)	(400.211)	(396.400)	(392.588)	(388.777)	(384.965)
Classe I	(323.107)	(29.373)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Classe II	-	-	(96.155)	(95.319)	(94.483)	(93.646)	(92.810)	(91.974)	(91.138)	(90.302)	(89.466)	(88.630)	(87.794)	(86.957)	(86.121)	(85.285)	(84.449)
Classe III	-	-	(342.172)	(339.196)	(336.221)	(333.245)	(330.270)	(327.295)	(324.319)	(321.344)	(318.368)	(315.393)	(312.418)	(309.442)	(306.467)	(303.491)	(300.516)
Classe IV	-	(189.034)	(187.315)	(185.597)	(183.879)	(182.160)	(180.442)	(178.723)	(177.005)	(175.286)	(173.568)	-	-	-	-	-	-
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	(785.640)	(823.867)	(863.965)	(906.026)	(950.147)												
(-) ANTECIPAÇÃO DE RECEBÍVEIS	(727.992)	(762.645)	(798.947)	(836.977)	(876.817)	(876.817)	(876.817)	(876.817)	(876.817)	(876.817)	(876.817)	(876.817)	(876.817)	(876.817)	(876.817)	(876.817)	(876.817)
(-) OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	(57.648)	(61.222)	(65.018)	(69.049)	(73.330)	(73.330)	(73.330)	(73.330)	(73.330)	(73.330)	(73.330)	(73.330)	(73.330)	(73.330)	(73.330)	(73.330)	(73.330)
(=) FLUXO DE CAIXA FINANCIAMENTOS	(1.108.748)	(1.042.274)	(1.489.607)	(1.526.138)	(1.564.729)	(1.559.199)	(1.553.669)	(1.548.139)	(1.542.609)	(1.537.079)	(1.531.549)	(1.354.170)	(1.350.358)	(1.346.546)	(1.342.735)	(1.338.923)	(1.335.112)
(=) FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO	373.613	544.387	217.972	309.669	407.020	412.550	418.080	423.610	429.140	434.670	440.200	617.580	621.391	625.203	629.014	632.826	636.637
(=) SALDO INICIAL	-	373.613	918.000	1.135.972	1.445.641	1.852.661	2.265.212	2.683.292	3.106.903	3.536.043	3.970.713	4.410.914	5.028.493	5.649.884	6.275.087	6.904.101	7.536.927
(=) FLUXO DE CAIXA ACUMULADO	373.613	918.000	1.135.972	1.445.641	1.852.661	2.265.212	2.683.292	3.106.903	3.536.043	3.970.713	4.410.914	5.028.493	5.649.884	6.275.087	6.904.101	7.536.927	8.173.564

Análise do Fluxo de Caixa



Assessoria Estratégica

4.1.2 Análise da Viabilidade Econômica

Com base nos resultados projetados é possível destacar que a Empresa possui plenas condições de liquidação da dívida líquida apresentada no Plano de Recuperação Judicial proposto, com o desígnio de manter e ampliar a atividade operacional durante e após o período de recuperação.

Este Plano de Recuperação Judicial estabelece os meios pelos quais o *Grupo Alleanza* reverterá à atual situação em que se encontra, observando os seguintes pontos:

- ◆ O aumento da atividade operacional da *Grupo Alleanza* é muito favorável em razão de ser possível reduzir as despesas fixas ao longo dos anos. Desta forma o lucro líquido projetada parte de 2,57% da receita bruta projetada, atingindo 3,13% ao final de 15 (quinze) anos, o que perfaz uma média de 3,05% ao ano;
- ◆ Considerando o desembolso com o pagamento dos credores, a recomposição de capital de giro próprio e os investimentos necessários para a atividade da *Grupo Alleanza*, conforme projeção de resultados, o saldo de caixa final médio é de 1,51% perante a projeção de receita bruta no período projetado, mostrando que praticamente a totalidade do lucro será destinada ao pagamento dos credores;
- ◆ A geração de caixa durante esse período é suficiente para a liquidação do passivo líquido, bem como, para a manutenção das atividades operacionais e seus novos compromissos a serem assumidos, os créditos não sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial e os investimentos necessários;
- ◆ As ações de melhoria apresentadas nesse plano, das quais, boa parte já está sendo implementadas, e o comprometimento dos proprietários e da equipe de colaboradores com os objetivos traçados são fatores altamente positivos e que tendem a garantir o sucesso do plano apresentado;

◆ As projeções mercadológicas realizadas por órgãos vinculados ao segmento/atividade do *Grupo Alleanza* para os próximos anos indicam favorável e constante elevação na demanda.

Com o pressuposto já explícito acima, tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista financeiro, percebemos a viabilidade do negócio.

Diante dos cenários apresentados, o *Grupo Alleanza* poderá, em qualquer tempo, descontinuar algum dos seus produtos e/ou clientes e/ou unidades por conta da análise econômico-financeira, pois entende que para completa superação da atual crise, deverá manter apenas as atividades e produtos que lhe permitem um melhor resultado.

Em contraponto ao explicitado acima, a empresa poderá realizar a abertura de filiais, seja de característica industrial ou comercial, buscando sempre, agregar valor ao negócio como um todo e aumentar a capilaridade de mercado com a marca.

CAPÍTULO V

5 Pagamento aos Credores

5.1 Premissas

A proposta para pagamento dos credores, a seguir apresentada, é compatível com o projeto de reestruturação de longo prazo, geração de caixa para pagamento das dívidas e investimentos mínimos para a sustentação do negócio, portanto assumidas como obrigação, tanto nos valores como nos prazos oferecidos.

O prazo para pagamento estimado é de 15 (quinze) anos, contados a partir do trânsito em julgado, para todos os credores, da decisão judicial que homologar a aprovação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia. As projeções foram realizadas levando em consideração este cenário de atualização, com margem de segurança.

Ressalta-se que, caso haja exclusão de algum credor, da relação de credores apresentada pelo *Grupo Alleanza* no processo de Recuperação Judicial, e sendo este crédito exigível fora do processo de recuperação judicial, o valor reservado para pagamento deste será retirado do montante a ser pago aos credores sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial, e ficará reservado para pagamento deste, mantendo-o fora do processo de Recuperação Judicial, uma vez que nas projeções já foram considerados os pagamentos dos créditos em questão, mantendo assim o objetivo de viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira da Empresa.

Para tanto, a proposta é condizente com este cenário, validada pelas projeções econômico-financeiras e pela demonstração da viabilidade econômica. Os credores arrolados para os pagamentos projetados estão divididos em quatro grupos: *Credores Trabalhistas (Classe I)*, *Credores com Garantia Real (Classe II)*, *Credores Quirografários (Classe III)* e *Credores ME/EPP (Classe IV)*.

5.2 *Resumo do Quadro Geral de Credores*

Leva-se em consideração para este Plano a Lista de Credores apresentada pela empresa quando da instrução¹² do pedido de Recuperação.

		Total Geral			
Class e	Descrição	N° Credores	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
Class e I	Trabalhista	35	21,47%	R\$ 348.990,86	1,08%
Class e II	Garantia Real	5	3,07%	R\$ 6.147.321,93	19,03%
Class e III	Quirografários	98	60,12%	R\$ 21.557.840,12	66,72%
Class e IV	ME/EPP	25	15,34%	R\$ 4.253.689,88	13,17%
Total Sujeito		163	100,00%	R\$ 32.307.842,79	100,00%

Nota: O Quadro Geral de Credores apresentado acima poderá sofrer alterações mediante apresentação da lista final de Credores do Administrador Judicial.

¹² Conforme art. 51, inciso III da Lei 11.101/2005.

Proposta de Pagamento

5.2.1 Credores Classe I – Trabalhista

Serão pagos de acordo com o Art. 54 da LRF, no qual receberão o valor de seus créditos da seguinte forma:

Pagamento:

Créditos totais – Pagamento de 50% dos créditos.

Carência: Não há.

Amortização: Pagamento em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

Primeira Parcela: 30 dias após a homologação do plano.

Atualização, correção monetária e juros: Taxa Referencial (TR), acrescida de juros pré-fixados de 1% (um por cento) ao ano, incidentes a partir da data da distribuição do pedido de recuperação judicial. A atualização monetária e os juros serão acumulados durante o período e serão pagos juntamente com os pagamentos do valor principal, aplicando os índices propostos sobre o valor de cada parcela. Os juros serão calculados pelo sistema de juros compostos e incidirão sobre a parcela corrigida.

Ressalva: o pagamento de até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial, ocorrerá integralmente em até 30 (trinta) dias - § 1º, do art. 54 da LRE.

5.2.2 Credores Classe II – Com Garantia Real e Classe III – Quirografários

Para os credores pertencentes a estas classes, o Plano prevê a unificação dos créditos. Os pagamentos, com parcelas fixas, serão realizados anualmente e contempla o ***pagamento de 20% da dívida***.

Carência: 24 (vinte e quatro) meses a partir da Homologação do Plano.

Amortização: Pagamento em 15 (quinze) parcelas anuais, iguais e sucessivas.

Atualização, correção monetária e juros: Taxa Referencial (TR), acrescida de juros pré-fixados de 1% (um por cento) ao ano, incidentes a partir da data da distribuição do pedido de recuperação judicial. A atualização monetária e os juros serão acumulados durante o período e serão pagos juntamente com os pagamentos do valor principal, aplicando os índices propostos sobre o valor de cada parcela. Os juros serão calculados pelo sistema de juros compostos e incidirão sobre a parcela corrigida.

5.2.3 Credores Classe IV – ME e EPP

Para os credores pertencentes a esta classe, o Plano prevê os pagamentos, com parcelas fixas, serão realizados mensalmente e contempla o ***pagamento de 40% da dívida***.

Carência: 12 (doze) meses a partir da Homologação do Plano.

Amortização: Pagamento em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

Atualização, correção monetária e juros: Taxa Referencial (TR), acrescida de juros pré-fixados de 1% (um por cento) ao ano, incidentes a partir da data da distribuição do pedido de recuperação judicial. A atualização monetária e os juros serão acumulados durante o período e serão pagos juntamente com os pagamentos do valor principal, aplicando os índices propostos sobre o valor de cada parcela. Os juros serão calculados pelo sistema de juros compostos e incidirão sobre a parcela corrigida.

5.2.4 Créditos Retardatários

Na hipótese de reconhecimento de Créditos por decisão judicial ou arbitral, transitada em julgado, ou acordo entre as partes, posteriormente à Homologação do Plano, serão eles considerados Créditos Retardatários e deverão ser pagos de acordo com a classificação e critérios estabelecidos neste Plano para a classe na qual os Créditos Retardatários em questão devam ser habilitados e incluídos, sendo certo que, na hipótese de os Créditos Retardatários envolverem Créditos Trabalhistas, Créditos com Garantia Real, Quirografários e Créditos ME/EPP, seus respectivos pagamentos deverão ser realizados nas formas previstas nas Cláusulas anteriores. Para os Créditos Retardatários, o prazo de carência previsto nas propostas de pagamento passará a contar a partir da decisão judicial ou arbitral, transitada em julgado, ou acordo entre as partes, que reconheceu o Crédito Retardatário.

5.2.5 Créditos Ilíquidos

Os Créditos Ilíquidos se sujeitam integralmente aos termos e condições deste Plano e aos efeitos da Recuperação Judicial. Uma vez materializados e reconhecidos por decisão judicial ou arbitral que os tornem líquidos, transitada em julgado, ou por acordo entre as partes, os Créditos Ilíquidos serão pagos de acordo com a classificação e critérios estabelecidos neste Plano para a classe na qual os Créditos Ilíquidos em questão devam ser habilitados e incluídos. Para os Créditos Ilíquidos, o prazo de carência previsto nas propostas de pagamento passará a contar a partir da decisão judicial ou arbitral, transitada em julgado, ou acordo entre as partes, que reconheceu o Crédito Ilíquido.

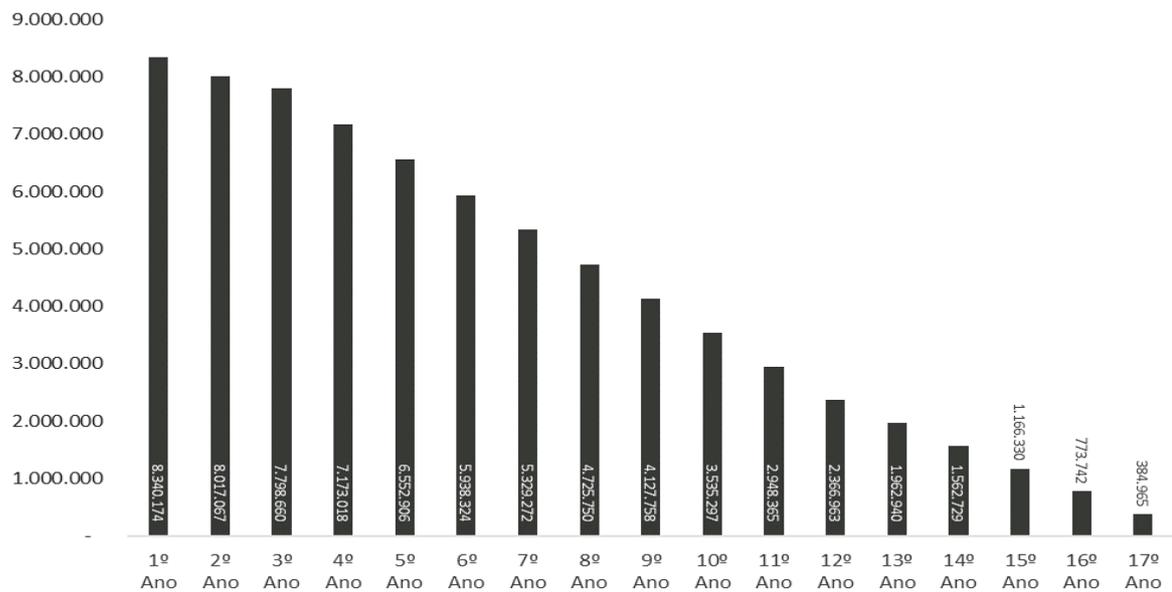
5.2.6 Débitos Tributários

A Recuperanda buscará a concessão de parcelamento da dívida tributária, de forma a apresentar as certidões negativas de débitos tributários, nos termos dos arts. 151, 205, 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, conforme previsto no art. 57 da LREF e Transação Tributária Individual pela IN6757.

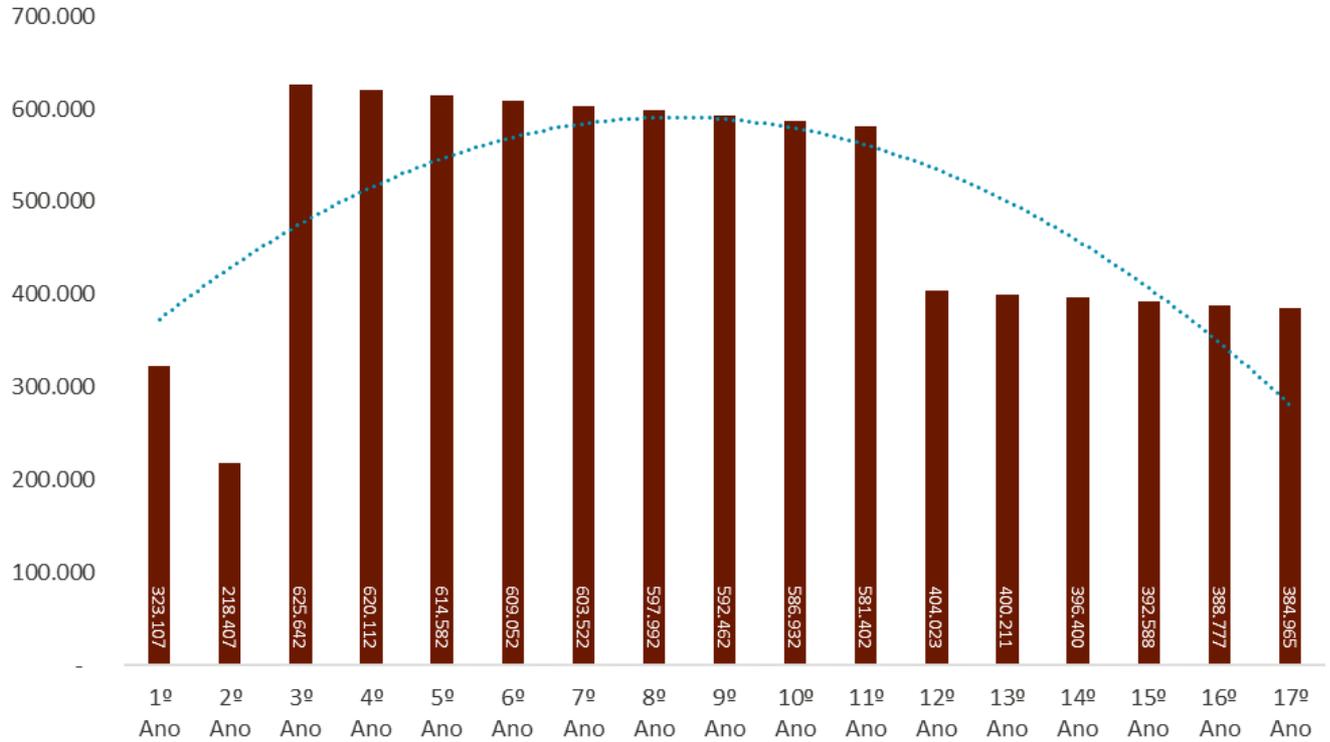
5.2.7 Demonstrativo do Saldo da Dívida

Os valores fixados, destinado ao pagamento, será rateado proporcionalmente ao valor do crédito de cada credor, conforme tabela a seguir:

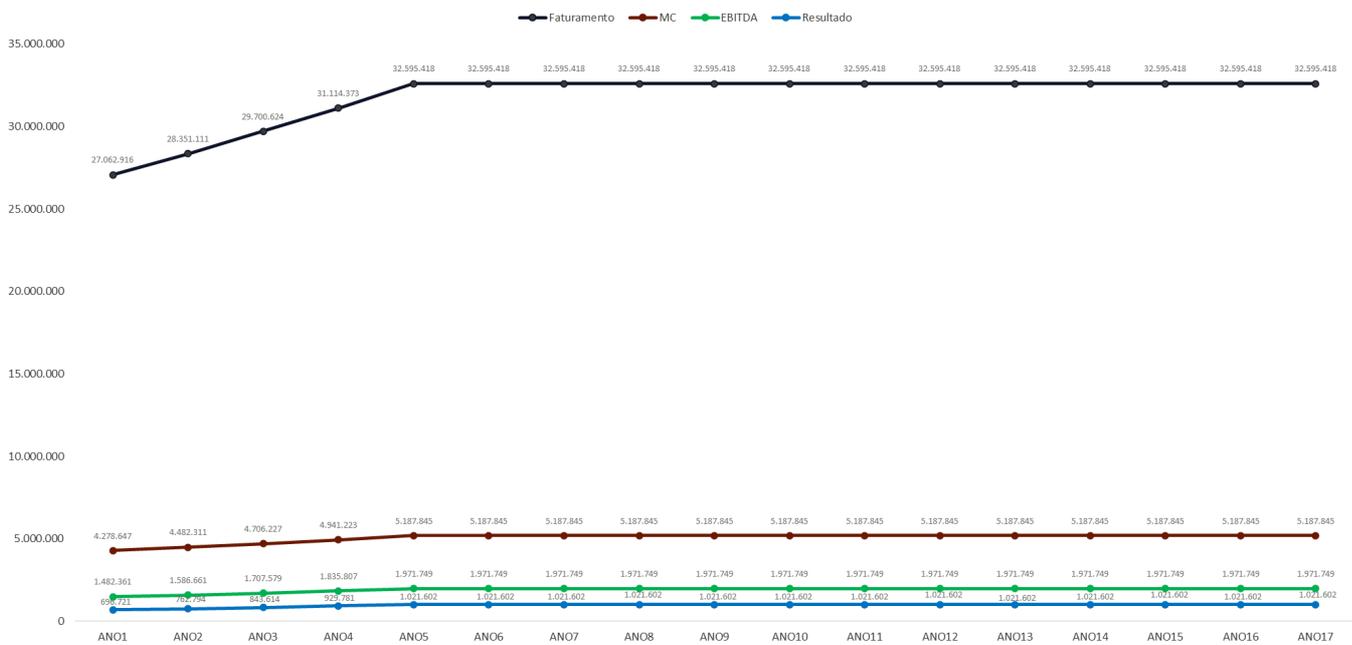
Saldo da Dívida de Cada Ano (R\$)



Valor Destinado ao Pagamento de Credores



Análise do Resultado Econômico



Os pagamentos, já demonstrados, estão evidenciados com valores nominais, com atualização monetária e será utilizada no momento do pagamento de cada parcela conforme disposto.

Na hipótese de haver inclusão de algum credor trabalhista ao longo do período de 15 (quinze) anos, o montante projetado reservado ao pagamento da dívida será destinado prioritariamente a estes novos credores, sendo pagos sempre 12 (doze) meses após inscrição da dívida no Processo de Recuperação Judicial.

5.2.8 Atualização Monetária dos Créditos

A atualização monetária dos valores contidos no Quadro Geral de Credores homologado consoante com o art. 18 da Lei 11.101/2005 do processo de Recuperação Judicial do *Grupo Alleanza* será realizada de acordo com a Taxa Referencial -TR – esta referência aos juros vigentes no Brasil.

A primeira atualização monetária sobre o saldo do Quadro Geral de Credores homologado será realizada 30 dias após a publicação da homologação mencionada e ocorrerá considerando a variação do índice indexador proposto nos últimos 12 meses antecedentes a data de publicação e assim sucessivamente a cada novo período de 12 meses, incidindo a partir da data do pedido da Recuperação Judicial.

CAPÍTULO VI

6 Disposições Gerais e Finais

6.1 Outras Formas de Amortizações Possíveis

Ocorrendo algum dos meios de recuperação previstos no Art. 50 da Lei 11.101/2005 que resultem em um evento de liquidez não previsto nas projeções apresentadas, a administração do *Grupo Alleanza* poderá destinar estes recursos em sua totalidade ou em parte aos Credores como forma de antecipar a amortização dos saldos dos créditos sujeitos a presente Recuperação Judicial. Caso isto ocorra será convocada uma assembleia específica de credores com a publicação onde neste ato será informado pormenorizado o objetivo do *Grupo Alleanza*.

6.2 Suspensão das Restrições Cadastrais

Consoante a Lei nº 9492/1997 (Lei do Protesto), os documentos de dívida mercantil ou de serviços que comprovem o compromisso entre o credor e o devedor, em casos de não pagamento, possuem legalmente assegurado o processo de Protesto Público, formal e solene. Isso para que fique caracterizado o descumprimento pelo devedor e comprovado por um Órgão de Autoridade e Fé Pública, com respaldo na legislação, que dá legitimidade ao protesto e autoridade a seus efeitos. A lei regulamenta um instrumento para evitar a impunidade e atitudes de má-fé, restaurando a moralidade e seriedade em qualquer transação comercial.

O *Grupo Alleanza*, que requereu o benefício legal da Recuperação Judicial de forma a garantir a manutenção das fontes produtoras, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, apresenta este Plano de Recuperação Judicial, que por sua vez, após aprovado em Assembleia Geral de Credores, constituirá Título Executivo Judicial, nos termos do art. 584, inciso III, do caput da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

Além disso, o artigo 59 da Lei 11.101/2005 determina que a aprovação do Plano de Recuperação Judicial pelos Credores implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, observado o disposto no § 1º do art. 50 desta Lei (concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas).

Uma vez aprovado o Plano de Recuperação Judicial, objeto deste documento, com a novação de todos os créditos anteriores ao pedido e ao plano sujeitos, e com a constituição do título executivo judicial pela decisão judicial que conceder a recuperação judicial do *Grupo Alleanza* ficam desde já obrigados todos os Credores, a ele sujeitos, a suspenderem os protestos efetuados (por ordem Judicial após a presente aprovação do Plano, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de aplicação de multa diária a ser fixada pelo Juízo) em nome da RECUPERANDA, seus sócios, garantidores e avais, referente às dívidas sujeitas aos efeitos da presente Recuperação Judicial, bem como os lançamentos nos órgãos de restrição ao crédito, principalmente no SERASA (REFIN, PEFIN e PROTESTOS) e SPC, pelo fato de não mais existir dívida mercantil ou de serviços não-pagas, enquanto o plano de Recuperação Judicial estiver sendo cumprido em seus termos aprovado.

Com a Homologação do Plano, todas as ações e execuções judiciais e medidas assemelhadas em curso contra a Recuperanda, relacionadas a Créditos Sujeitos, serão suspensas, e todas as penhoras e/ou constrações existentes serão automaticamente liberadas.

A Recuperação Judicial não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória; bem como que a supressão de garantias, reais e fidejussórias vincula apenas aqueles credores que assentiram expressamente com a medida, não se estendendo, portanto, aos credores discordantes, omissos ou ausentes à deliberação.

Sendo assim, serão civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, pessoalmente os Credores que mantiverem os protestos vigentes e apontamentos mencionados no parágrafo anterior enquanto o Plano de Recuperação Judicial estiver sendo cumprido.

6.3 Considerações

O Plano de Recuperação Judicial proposto atende aos princípios da Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência do Empresário e da Sociedade Empresária (Lei nº. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 - “Lei de Recuperação de Empresas”), garantindo os meios necessários para a recuperação econômico-financeira do *Grupo Alleanza*, já apresentados neste.

Salienta-se ainda que o Plano de Recuperação Judicial apresentado demonstra a viabilidade econômico-financeira através de diferentes projeções, desde que as condições propostas para o pagamento aos credores sejam aceitas. Importante ainda destacar que um dos expedientes recuperatórios ao teor do artigo 50 da referida Lei de Recuperação de Empresas, é a “reorganização administrativa”, medida que foi iniciada e encontra-se em plena implementação.

Portanto, com as projeções para os próximos anos favoráveis ao mercado onde a empresa atua aliado ao grande know-how nas atividades desenvolvidas pelo *Grupo Alleanza*, combinado ao conjunto de medidas ora proposto neste Plano de Recuperação Judicial, fica demonstrado à efetiva possibilidade da continuidade dos negócios com a manutenção e ampliação na geração de novos empregos, além do pagamento dos débitos vencidos.

É inerente a qualquer empresa, mas especialmente para o *Grupo Alleanza*, manter sua competitividade, e isso, será alcançado no momento em que tiver a possibilidade e necessidade de renovação dos ativos existentes, a fim de manter a infraestrutura operacional adequada, que trará benefícios a todos os credores.

Sendo assim, após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, a venda/alienação de quaisquer veículos, equipamentos, imóveis e instalações da empresa fica desde já autorizada pelos Credores, para que seja realizada esta renovação mencionada e necessária ao próprio negócio.

Os recursos que porventura forem obtidos com as referidas vendas e que não forem utilizados para esta renovação, serão destinados à recomposição do capital de giro da Empresa, com intuito primordial de reduzir o custo financeiro.

6.4 Esclarecimentos

Deve-se notar que o estudo da viabilidade econômico-financeira se fundamentou na análise dos resultados projetados para o *Grupo Alleanza*, e contém estimativas que envolvem riscos e incertezas quanto à sua efetivação, pois dependem parcialmente de fatores externos à gestão da empresa.

A participação e o trabalho técnico desenvolvido pela empresa LFBoff Assessoria Estratégica na elaboração deste Plano de Recuperação Judicial, deu-se através da modelagem das projeções financeiras de acordo com as informações e premissas fornecidas pelo *Grupo Alleanza*. As projeções para o período compreendido em 17 (dezesete) anos foram realizadas com base em informações da própria empresa e das expectativas em relação ao comportamento de mercado, preços, estrutura de custos e valores do passivo inscrito no processo. Mudanças na conjuntura econômica nacional bem como no comportamento das proposições consideradas, refletirão diretamente nos resultados apresentados neste trabalho.

6.5 Conclusão

Este Plano de Recuperação Judicial, fundamentado no princípio da “*par conditio creditorum*”, implica novação objetiva e real dos créditos anteriores ao pedido, e obrigam o *Grupo Alleanza*, e todos os Credores a ele sujeitos nos termos do artigo 59 da Lei 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas), do artigo 385 da Lei nº 10.406, de 10.01.2002 (Novo Código Civil) e artigo 584, inciso III, do caput da Lei 5.869/1973 (Código de Processo Civil). A sentença concessiva da Recuperação Judicial

constitui título executivo judicial, novando e substituindo todas as obrigações sujeitas à Recuperação Judicial. Ressalva-se que a sua recuperação judicial não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória bem como que a supressão de garantias, reais e fidejussórias vincula apenas aqueles credores que assentiram expressamente com a medida, não se estendendo, portanto, aos credores discordantes, omissos ou ausentes à deliberação.

A LFBoff Assessoria Estratégica, que elaborou este Plano de Recuperação Judicial, espera que o processo de reestruturação administrativa, operacional e financeira, possibilitará que o *Grupo Alleanza* se mantenha gerando caixa e sendo rentável, e também acredita que os Credores terão maiores benefícios com a aprovação deste Plano de Recuperação, uma vez que a proposta aqui detalhada não agrega nenhum risco adicional.

Pinheiro Preto/SC, 10 de outubro de 2024.

**JERSON
CIVIDINI:02
163090930**

Assinado de forma digital por JERSON CIVIDINI:02163090930
Dados: 2024.10.10 16:08:07 -03'00'

Vinicola Alleanza Ltda
CNPJ / MF nº 13.412.033/0001-90

**SUZANA
HEINEMANN
WINK:04284142909**

Assinado de forma digital por SUZANA HEINEMANN WINK:04284142909
Dados: 2024.10.10 16:08:37 -03'00'

Vailatti Bebidas Ltda
CNPJ / MF nº 35.100.520/0001-50

**LFBOff ASSESSORIA
ESTRATEGICA
LTDA:326835860001
22**

Assinado de forma digital por LFBOff ASSESSORIA ESTRATEGICA LTDA:32683586000122
Dados: 2024.10.11 11:25:18 -03'00'

LFBoff Assessoria Estratégica Ltda
CNPJ / MF nº 32.683.586/0001-22
Luiz Fernando Boff
Economista – Corecon-SC 3.768

